

VIOLÊNCIA E ENSINO SUPERIOR¹

Paulino José Orso²

Ainda que admitamos que sejam elementos com características, motivos, implicações e significados diferentes, é possível dizer que tanto a violência quanto o Ensino Superior se tornaram comuns na sociedade. Entretanto, se pode-se dizer que aquela tem acompanhado o homem desde os seus primórdios, o mesmo não é possível dizer deste, que tem se popularizado recentemente. Contudo, tendo presente que ambos têm em comum a mesma base material, ao contrário do que muitos pensam e costumam de admitir, também é possível dizer que, não só existe violência no Ensino Superior como faz parte de sua própria forma de organização, aparecendo umas vezes de forma mais aberta e escrachada outras vezes de forma sutil e dissimulada.

Partindo do pressuposto de que vivemos numa sociedade de classes, na medida em que não a naturalizamos, também não é difícil de admitir que esta sociedade seja essencialmente violenta, tanto em termos de produção da própria violência, quanto na necessidade de gerar violência para garantir o controle social e reprimir os atos tidos como socialmente violentos, gerando assim, a chamada violência legítima, considerada um direito de e do Estado. Nesta modalidade, temos desde a violência policial até a bélico militar. Contudo, há outras formas de violência mais sutis produzidas com a ajuda da ciência, da psicologia, da ideologia e da burocracia que visam adequar os indivíduos ao *status quo*, torna-los dóceis, úteis e mais produtivos.

Mas, qual a relação entre violência e Ensino Superior? Muitos se surpreendem quando ocorrem atos de violência no Ensino Superior, no interior da Universidade, pois, ilusoriamente, pensam, compreendem ou imaginam a instituição universitária como se fosse um ente separado, à parte da sociedade mais ampla. Além disso, porque consideram como violência apenas os atos de constrangimento físico ou moral, de coação, de uso da força, práticas de vandalismo ou de agressões entre pessoas, etc. Então, partindo do pressuposto de que quem atua, estuda e ou trabalha no interior de uma universidade é ou deveria ser um ser diferenciado, distinto e superior aos demais,

¹ Artigo baseado na dissertação de Mestrado intitulada “A concepção de Poder em Michel Foucault e as relações de poder na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste” e na Tese de doutorado denominada “Liberalismo, neoliberalismo e educação. Roque Spencer Maciel de Barros, um ideólogo da burguesia brasileira”, defendidas na respectivamente na Unicamp em 1996 e 2003.

² Doutor em História e Filosofia da Educação pela Unicamp, docente do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, líder do Grupo de Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – GT da Região Oeste do Paraná – HISTEDOPR.

surpreende-se quando este pré-conceito é desbancado pela realidade. Entretanto, como dissemos, de forma dissimulada ou grosseira, a violência permeia toda a sociedade. Deste modo, uma vez que a universidade é parte integrante da sociedade, também acaba refletindo e reproduzindo aquilo que nela ocorre. Se apenas conjecturarmos que o conhecimento e a cultura que temos acumulado ao longo da história não foi produzida exclusivamente por um ou alguns “cérebros brilhantes”, isto já basta para caracterizar como violência a produção de instrumentos que impedem o acesso a ela e, conseqüentemente, aos benefícios gerados por elas, que são concentrados por alguns privilegiados em detrimento e negação à maioria. Ou seja, numa de suas formas a violência também se caracteriza como à negação do acesso aos conhecimento historicamente acumulados pela humanidade, garantindo, em parte, o acesso e a fruição de forma diferenciada dos bens produzidos pela humanidade. Em função disso, principalmente a partir do início da modernidade, tem se intensificado as lutas pelo acesso à educação, à escola pública e ao Ensino Superior. Em conseqüência dessa popularização, tem se gerado uma outra forma de violência que é a divisão da escola, criando-se uma, com determinadas condições e com determinada qualidade para a imensa maioria da classe trabalhadora e outra para os filhos das elites. Dessa forma acaba por reproduzir a própria estrutura social, com suas divisões, sua classes e seus privilégios. Este tipo de violência – dissimulada – nem sempre é questionado e, não só isso, muitas vezes têm sido aceita como legítima porque decorrente da própria forma de organização social, que é “naturalmente” diferenciada e hierárquica. Entretanto, quando tem sido questionada, as poucas vezes, tem atraído sobre si a violência considerada normal, a intervenção estatal, a coação, a repressão aberta e declarada, da qual nos ocuparemos de ora em diante.

Para analisar e compreender a relação entre violência e Ensino Superior, porém, faz-se necessário compreender um pouco a forma de organização da nossa sociedade, que tem suas raízes nos países ibéricos. Segundo Sérgio Buarque de Holanda foi de lá que “nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (1983, p. 10). Em decorrência de nossas raízes, diversas características e relações desta cultura também foram trazidas e colocadas em prática em nosso país. Dentre elas destacamos o mandonismo, o personalismo e o homem aventureiro que, ao invés de gerar relações de poder formais, acabam por confundir o público e o privado, reduzindo aquele a este. Em função disso, ao invés de vigorarem relações de poder horizontais, impõe-se um emaranhado de relações verticais, de tipo

contratualista, contudo, não onde cada um se encontra numa relação de igual-diferente, mas sim de comando ou obediência, cada um sentindo-se como que dotado de valor absoluto, portanto, fixo e imutável. Nesta relação uns mandam e outros obedecem. Segundo Hélio Jaguaribe, dentro desta perspectiva, a sociedade é vista como se fosse estruturada de forma hierárquica, com uma certa organização militar. Em seu interior, as instituições tendem a reproduzir estas relações de poder verticais (1985, p. 21).

Da conjugação destes fatores, na sociedade brasileira, vão resultar o centralismo, o patriarcalismo e o coronelismo, onde

a entidade privada prevalece sempre (...) Onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública (...) O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica (...) uma invasão do público pelo privado (HOLANDA, 1983, pp. 49-50).

Desse comportamento social, onde as relações se edificam essencialmente sobre laços diretos de pessoa a pessoa erigem-se grandes obstáculos à aplicação de normas de justiça e de aplicação de quaisquer prescrições legais.

Para o funcionário 'patrimonial', a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos, os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro Estado Burocrático, em que prevalecem a especialização das funções e o esforço para se assegurar garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que merecem os candidatos, e muito menos de acordo com as capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no Estado Burocrático (Idem, 106).

De posse destas concepções, as relações sociais, na sociedade brasileira, têm sido subordinadas ao interesses da classe dominante e seus gestores. O domínio constante das vontades privadas, a ausência de objetividade no trato do sistema administrativo, o desrespeito e a violação até mesmo do Estado Burocrático têm transformado até a democracia formal num grande mal-entendido. "Não faltam exemplos de ditadores que realizam atos de autoridade perfeitamente arbitrários e julgam, sem embargo, fazer obra democrática" (Idem, 140)

Como nos diz Holanda, até parece que

as Constituições são feitas para não serem cumpridas, as leis existem para serem violadas, tudo em proveito de indivíduos e oligarquias (...) É em vão que os políticos imaginam-se mais pelos princípios do que pelos homens: seus próprios atos representam o desmentido flagrante desta pretensão (1983, 137).

Seguindo esta mesma perspectiva, inspirado em Max Weber, Raymundo Faoro diz que na sociedade brasileira tem predominado uma estrutura político-social que denominou de Estamento Burocrático, que também está fundado no patrimonialismo. Assim, como uma forma tradicional de autoridade, o patrimonialismo vincula-se a uma ordem estamental, onde os direitos e obrigações são alocados basicamente de acordo com o prestígio e os privilégios dos grupos estamentais. E na medida em que o dominante organiza o poder estatal de forma análoga ao seu poder doméstico temos uma organização político estamental, que vincula dominantes e dominados por uma espécie de comunidade consensual que responda à convicção de que o poder senhorial exercido tradicionalmente constitui-se num direito legítimo do senhor. As vontades dos súditos são subordinadas à supremacia e ao poder mais alto. Segundo Raymundo Faoro, “o soberano e o súdito não se sentem vinculados à noção de relações contratuais, que ditam limites ao príncipe e, no outro lado, asseguram o direito de resistência, se ultrapassadas as fronteiras de comando” (1976, p. 14). Sob o domínio do patrimonialismo, o soberano sobrepõe-se ao cidadão na qualidade de chefe para funcionário. De acordo com José Nildo Tavares,

administração patrimonial adaptou-se originalmente às exigências pessoais do senhor, obedecendo às normas de organização e funcionamento da sua propriedade (fazenda) privada; essa administração resultou de um domínio político baseado na agregação ao poder doméstico de diferentes relações de senhorio (...) Apropriando-se dos cargos administrativos e monopolizando-os, a dominação patrimonial não estabelece distinção entre as esferas pública e privada, confundindo-as no cotidiano em benefício de seus interesses pessoais e do seu arbítrio (1986, p. 874).

No Brasil, por um lado, o patrimonialismo tem reforçado o poder local, fonte da vida política e, por outro, procurou consolidar o poder central, imprimindo-lhe um espírito burocrático, racional-legal com vistas à manutenção de uma organização social elitista. Ainda de acordo com este autor,

pela violência ou pelo consenso, através de emboscadas ou dos laços de compadrio, jogando com a lealdade e a traição, a grandeza dos gestos e a mesquinhez das ações, o senhor patrimonial impõe uma ordem estável e expande uma concepção de mundo que sedimenta essa ordem (...) em geral estende ao público os seus interesses privados (Ibidem).

Fundados nestes princípios, as autoridades de plantão, usando suas prerrogativas, legais quando lhes convém, arbitrárias e ou violentas quando julgam necessárias, promovem de cima a baixo a adequação dos indivíduos aos espaços previamente determinados. Assim, o quadro dirigente exerce o governo em nome próprio e, à pretexto de representar o povo, o controla, sufoca, coage e reprime. Deste modo, poucos dirigem, controlam e infundem seus padrões e interesses de conduta à maioria; todos acabam orientando suas atividades dentro das raias permitidas, ou melhor, concedidas, respeitando os espaços e campos subtraídos ao controle superior, submetendo-se às regras “convencionalmente” fixadas.

De acordo com Faoro,

sobre a sociedade, acima das classes, o aparelho político – uma camada social, comunitária embora nem sempre articulada, amorfa muitas vezes – impera, rege e governa, em nome próprio, num círculo impermeável de comando. Esta camada muda e se renova, mas não representa a nação, senão que, forçada pela lei do tempo (...) cunha e nobilita os recém-vindos, impondo-lhes os seus valores (1976, p. 737).

O intuito desta forma de comando centralizado é, senão garantir a coesão monolítica, ao menos manter a homogeneidade de consciência, facilitando assim, o império de turno.

O Brasil foi o último país da América a criar o Ensino Superior de tipo universitário. Criada efetivamente em 1934, a Universidade Brasileira, só aparece muito tempo depois de extintos a Colônia e o Império. Contudo, traz as marcas de uma sociedade estamental burocrática e patrimonial. Lembremos que a própria criação da Universidade foi fruto de um governo interventor imposto por Getúlio Vargas. Foi na interventoria de Armando de Salles Oliveira que a universidade foi criada. De acordo com Florestan Fernandes, ela “se tornou uma miniatura da sociedade global: uma escola altamente hierarquizada, rígida e exclusivista, que transforma (...) a atividade educacional em fonte de poder” (1975, p.56). E, como a universidade “é parte e fruto de

um modelo político cultural” (idem, 52), acaba por reproduzir os interesses dos setores privados das classes privilegiadas.

Sendo a autonomia universitária um elemento fundamental e indispensável para o desenvolvimento da pesquisa e do espírito crítico, a sua ausência e ou seu desrespeito pode ser tomado como um elemento importante para compreender a violência com que muitas vezes é tratado o Ensino Superior. Se a nível teórico ela tem sido reconhecida como necessária às Instituições de Ensino Superior (IES), no plano prático as ações estão longe de confirmar os discursos e as leis. Por isso, Darcy Ribeiro diz que “a reivindicação e autonomia (...) representa aspiração permanente da Universidade” (1991, p. 125).

Há um grande descompasso entre a legislação expressa em formulações legais, tidas até como progressistas e a prática caracterizada por um esquema de controles e tutela em todos os níveis. Inúmeros são os órgãos burocráticos que estão incumbidos de planejar, fiscalizar e controlar a universidade. De um lado encontra-se a luta pela autonomia e de outro a dependência dos governos de turno.

As contradições em relação à autonomia universitária já aparecem desde o início de sua formalização. Senão vejamos. Enquanto princípio consagrado na legislação ordinária de ensino ela está presente desde a Reforma Francisco Campos. Depois, a LDB, Lei 4.024/61, estabeleceu que “as universidades gozarão de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar na forma de seus estatutos”. Posteriormente, a Lei 5.540/68, também manteve este mesmo princípio e igualmente a Lei 5.692/71, que foi ratificado pela Constituição de 1988 e pela LDB, Lei 9394/96. Entretanto, não faltaram atos que violassem tal princípio. A própria Reforma Francisco Campos, em 1931, nega o espírito aberto e descentralizador, pois foi obra exclusivamente sua (do ministro). Durante o Estado Novo, não foi diferente, as normas foram ditadas diretamente pelo próprio ministro. As Reformas Universitárias e da USP, em 1968, e a LDB de 1971, também foram obras do poder centralizador. Já em relação à LDB, denominada Lei 9394/96, o processo não tem sido muito diferente. Em decorrência do clamor popular, a Câmara dos Deputados elaborou um Projeto de LDB juntamente com a participação de amplos segmentos da sociedade civil organizada. Contudo, o próprio Darcy Ribeiro que criticava a violação do princípio da autonomia universitária, atropelou este projeto ao apresentar um substitutivo que acabou sendo rapidamente aprovado. Ou seja, como diz Antonio Muniz Rezende, “a autonomia universitária é uma farsa se não tiver como correlato a sua democratização interna, no contexto da

democratização da sociedade” (1987, p. 30). Afinal, como poderia uma instituição ser democrática se a sociedade também não o for?

Autoridades e órgãos financiadores e controladores, de acordo com Liliam Mary H. de Sá Campos,

influenciam sobre a burocracia interna das instituições, que por sua vez influi sobre os diversos segmentos que constituem a universidade (professores, pesquisadores, funcionários e alunos), criando em muitos casos situações de apatia, dependência, frustração e desinteresse. Como de fato a lei outorga autonomia às universidades, mas ao mesmo tempo os órgãos burocráticos lhes impõem um grande número de normas, repete-se ao nível de administração institucional o mesmo descompasso que se tem encontrado na vida pública da nação – discurso de caráter liberal da maioria dos políticos brasileiros, de todas as colorações, quase sempre encobre posturas autoritárias ou de controle paternalista, defendendo o ideal democrático sem adotar uma práxis democrática (1991, p. 153).

Ou seja, a burocracia, na universidade, serviu de elo de unidade entre o espírito liberal e o exercício do autoritarismo, muitas vezes camuflado. A universidade concebida como um espaço de livre trânsito e debate de idéias, logo após sua criação, já foi suplantada pelo Estado Novo, imposto por Getúlio Vargas em 1937 e foi reprimida novamente pela ditadura militar implantada em 1964. E, se com o golpe de 1937, as tendências centralizadoras, autoritárias e repressoras se manifestaram de forma explícita na universidade, seu caráter centralizador e autoritário foi reforçado a partir de 1964. Hoje, diz João Francisco Regis de Moraes,

nossas universidades são sobreviventes à melancólica Reforma de 1968, que trazia o clima pesado do Ato Institucional nº. 5 (...) O arbítrio levou a um processo de desculturação, prendendo e exilando – quando não matando – as figuras mais dinâmicas de nossa cultura à época (1992, p. 62).

A ditadura militar atingiu diretamente as universidades, impondo uma severa intervenção e repressão. Muitos intelectuais foram perseguidos, exonerados, aposentados compulsoriamente e exilados. Dentre as universidades que foram atingidas mais diretamente pelo regime militar encontram-se a USP, UNICAMP, UNIESP, FGV, UFMG. Na Unicamp, por exemplo, funcionários foram demitidos, diretores das unidades foram exonerados e nomeados interventores. Ferdinando de Oliveira Figueiredo diz: “Eu me lembro que na época do Zeferino isto ainda era uma coisa como

o Oeste Americano: a lei era uma coisa muito flexível, aqui dentro não havia regras, não havia estatutos, não havia regimento” (ADUNICAMP, 1991, 92). E enfatiza Jurandir Fernando Ribeiro Fernandes,

a intervenção realmente foi (...) uma catástrofe tão grande (...) de um autoritarismo tão baixo (...) que realmente levantou desde aquele pequeno cientista mais concentrado na sua pequena cadeira dentro do seu minúsculo laboratório até o militante mais exaltado (Idem, p. 60)

Utilizando-se de adjetivos subjetivos, elásticos e pouco precisos como “marxistas” ou “subversivos”, a ditadura militar logo tratava de afastar, aposentar, punir e reprimir os identificados com tais caracterizações. Dependendo da denúncia, que nem sempre exigia fundamento e base real, o aparato de segurança era mobilizado, promovia-se o expurgo e elevava às posições de mando oportunistas e portadores de espírito tacanho e intolerante (ADUSP, 1979, p. 17). Entretanto, como veremos, a repressão não foi obra apenas de elementos estranhos a universidade. Muitas vezes a própria instituição produzia, como continua a produzir, seus próprios algozes.

Desde sua criação a universidade era tida como instrumento de preparação de quadros para exercer os papéis e funções necessárias ao desenvolvimento e assegurar a ideologia dominante. Segundo Maria de Lurdes de A. Fávero, os grupos dirigentes do país têm, nesse momento, a convicção de que escola (universidade) é um veículo privilegiado para o inculcamento e a preservação de sua ideologia. Assim, o liberalismo revela-se como pseudo liberalismo e encontra-se próximo do autoritarismo. Aliás, não é tão difícil de encontrar liberais que defendam a ditadura. Concebida a universidade para veicular a ideologia dominante, quando as idéias progressistas tomam forma ou ameaçam romper este canal, para garantir o controle, entra em ação o autoritarismo. Por isso, diz Antonio Muniz de Rezende, “sabemos todos que na história da universidade brasileira houve sempre uma tendência nítida ao autoritarismo centralizador” (1987, p. 10), quer seja oriunda de seu interior ou do exterior.

A USP foi criada para ser o protótipo da universidade no Brasil. Como vimos foi criada para formar quadros gestores para o aparelho burocrático e administrativo, bem como, para veicular a ideologia dominante (liberal) a todos os que passassem pela universidade e, através dela, atingir todos os níveis educacionais e a própria sociedade.

Para dar conta disso, seus idealizadores, pertencentes aos segmentos mais conservadores da sociedade brasileira, não se contentaram em criar a universidade.

Trataram também de ir para a Europa e para a América do Norte, principalmente para a França, para a Alemanha, Itália e Grécia em busca de intelectuais afinados e comprometidos com a ideologia liberal para que pudessem semear e fazer reproduzir tais idéias e impedir que se difundissem outras idéias e concepções de mundo, de homem e de sociedade. Desta forma, fizeram com que no interior da USP, o Golpe do Estado Novo praticamente não tivesse resistências. Mas, não foi somente isso. Os idealizadores da USP não só estabeleceram os fundamentos ideológicos da universidade brasileira, como também participaram idealização do próprio golpe militar em 1964, quando muitos docentes, alunos e funcionários sofreram perseguições, foram presos, torturados e aposentados compulsoriamente. Com o golpe, o Campus Universitário, que antes ficava na cidade, próximo à comunidade, foi arbitrariamente afastado para evitar que os docentes, alunos e funcionários tivessem contato facilitado com a comunidade e esta com aqueles. Isto passou a ser prática comum para todas as universidades. Além disso, para se ter uma idéia da intervenção e da violência sofrida pela universidade, basta ver que a equipe que realizou a Reforma Universitária de 1968 foi nomeada diretamente pelo Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, visando tornar a universidade “moderna, flexível e eficiente”. Como diz Florestan Fernandes ,

implementada *manu militari*, visando impedir que a universidade pudesse vir a desempenhar qualquer atividade contestadora, como ocorrera no passado (...), a universidade foi esterilizada politicamente e, diga-se de passagem, com a franca e aberta colaboração de professores e estudantes adeptos da contra-revolução e do regime ditatorial. O que contribuiu para que ela se convertesse, nos últimos dez anos, na ‘universidade do silêncio’ (1975, p. VIII).

Assim, de acordo com o autor, ao contrário da reforma universitária crítica e democrática, sucedeu-se a anti-reforma, obscurantista, terrorista, repressiva e fascista em muitos aspectos. O principal motivo da reforma era o de enquadrar o movimento estudantil, muito atuante e crítico à época.

Mas como dissemos acima, nas universidades, os atos arbitrários fizeram-se sentir principalmente, com mais intensidade, na UnB, na Unicamp, na UNESP e na USP.

No caso da UnB, nos limitamos a mencionar os episódios envolvendo Laerte Ramos de Carvalho, em 1965. Ramos de Carvalho foi professor, colega e, apesar de ter tido algumas divergências, também foi muito amigo de Roque Spencer Maciel de Barros. Ambos eram radicais defensores dos princípios liberais. Foi através de Ramos

de Carvalho que Roque Spencer começou a trabalhar como docente (Assistente) na FFCL e que, mais tarde, também passou a colaborar com *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, de propriedade da família Mesquita, um dos principais idealizadores da USP. Ambos eram fiéis seguidores das idéias de Júlio de Mesquita Filho e fizeram da universidade e dos jornais meios de propagar e defender os princípios do “mestre” e do “capitão”, como Roque Spencer o chamava. Frente ao golpe militar de 1964, ambos liberais convictos, posicionaram-se favoravelmente em nome da “defesa da liberdade”. Porém, Ramos de Carvalho assume uma posição cada vez mais radical em “defesa dos princípios revolucionários”. Diante da prisão de seus colegas e da elaboração das listas de “subversivos” na FFCL, sempre se opôs a que a Congregação³ da FFCL tomasse uma posição clara e conjunta contra as arbitrariedades. Também foi contrário a que ela tomasse uma posição conjunta em defesa da liberdade de cátedra e da autonomia universitária, princípios enfaticamente defendidos pelos próprios liberais⁴.

A UnB foi fundada em 1961, por Darcy Ribeiro, com o objetivo de transformá-la numa experiência piloto com vistas a pensar, organizar e reestruturar a universidade brasileira. Contudo, durante o regime militar foi violentada. No dia 09 de abril o *campus* foi invadido pelas tropas da Polícia Militar (PM) de Minas Gerais e do Exército do Mato Grosso. Depois de vasculharem todo o *campus* em busca de “subversivos”, o Instituto Central de Ciências Humanas foi ocupado e doze professores foram presos. O professor Zeferino Vaz, que participou da Revolução de 32, que participou da “Comissão de planejamento e execução da cidade universitária” da USP no início da década de 50, que apoiou o golpe militar de 64 e que, na década de 70, viria a organizar a UNICAMP, por decreto do Presidente da República e do Ministro da Educação Gama e Silva – Colega de Zeferino na USP –, foi nomeado reitor *pro tempore* da UnB em substituição a Anísio Teixeira e, em seguida, presidente da Fundação Universidade de Brasília e reitor efetivo *ad referendum* do CFE. Vaz, apesar de apoiar a proposta de Darcy Ribeiro, também era favorável ao golpe militar e demitiu treze professores sem que houvesse motivos que justificassem. Diante da situação criada com as perseguições, as demissões e o terror que se instalou na UnB, os professores chegaram a propor a

³ De acordo com o Estatuto das Universidades Brasileiras a Congregação era constituída pelos professores catedráticos e livre-docentes. Além da participação na Congregação, aos catedráticos era reservada a ocupação da maior parte dos cargos e funções da universidade e tinham voz ativa nos organismos de deliberação e consulta da universidade.

⁴ Cf. as Atas das seguintes reuniões da Congregação da FFCL-USP: 22/04/64, 27/05/64, 25/06/64, 25/09/64, 04/10/68 e 06/05/69.

demissão coletiva, mas acabou não se efetivou. Isso, somado a outros fatos, fez com que Vaz pedisse demissão.

Posteriormente, na Unicamp a situação não foi muito diferente, como pudemos ver acima no depoimento de Ferdinando de Oliveira Figueiredo

Com a demissão de Vaz, em 1965, Ramos de Carvalho, que tinha afinidade com Gama e Silva e, desde a primeira hora, havia apoiado o golpe militar, por indicação de Zeferino Vaz foi nomeado reitor da UnB. O novo reitor liberal não teve complacência. No dia 08 de outubro do mesmo ano, sentindo que não havia condições para trabalhar junto com o novo reitor, os coordenadores de cursos pediram demissão coletiva. Devido a isso, no dia 09, os estudantes entraram em greve e Ramos de Carvalho requisitou as forças armadas e a ocupação do *campus* pela PM. Professores foram presos, alunos espancados, presos e submetidos a maus tratos. Mas o autoritarismo não acabou aí. No dia 18, sem que houvesse qualquer acusação, o reitor demitiu 15 professores. Um dia depois, 210 professores entregaram seus pedidos de demissão voluntária que, junto com os quinze que haviam sido demitidos no dia anterior, somavam 90% do quadro de professores da instituição, fato inédito na história da educação brasileira. Com isso, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e Ramos de Carvalho foi intimado a depor (NETO, 1967, pp. 150-167; GIANNAZI, 1981, pp. 265-365). Posteriormente, em 1967, Ramos de Carvalho participou da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES) dos convênios MEC/USAID (Cf. CUNHA, 1988).

Assim, de uma “universidade necessária”, nos termos de Darcy Ribeiro, a UnB transformou-se na universidade cerceada, repelida e reprimida; de modelo para as mudanças, transformou-se em referência negativa; de ponto de atração, tornou-se ponto de rejeição.

Na USP, a repressão também foi intensa. Com sua reestruturação a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) foi transformada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e Seção de Pedagogia foi transformada na Faculdade de Educação. As cadeiras antes pertencentes à Seção de Pedagogia se transformaram no embrião dessa Faculdade. As arbitrariedades iniciaram-se logo após o golpe e intensificaram-se a partir de 1968, quer apoiada em professores, informantes e delatores, quer nos que preferiram as benesses do poder e opuseram-se tanto à defesa de seus colegas quanto à defesa da autonomia universitária. Além disso, a USP também forneceu “cérebros” para o regime ditatorial. Com a substituição do Marechal Castelo

Branco pelo Marechal Arthur da Costa e Silva, o professor Luís Antônio da Gama e Silva da Faculdade de Direito e Reitor da USP foi nomeado Ministro da Justiça. Nessa ocasião redigiu o texto do Ato Institucional nº. 5. Com o afastamento temporário de Gama e Silva, a reitoria foi assumida pelo professor Mário Guimarães Ferri⁵, que era vice-reitor e diretor da FFCL. Posteriormente, participou da comissão que elaborou o *Memorial* para a reestruturação da USP na qualidade de presidente. Por ordem médica acabou sendo afastado da reitoria e, em seu lugar, assumiu a reitoria o professor Hélio Lourenço de Oliveira, que não compactuava com as posições de Gama e Silva e nem apoiava o regime militar. Pouco tempo depois, Lourenço de Oliveira acabou sendo alvo da segunda lista de aposentadorias forçadas e, em seu lugar, foi nomeado o também professor de Direito Civil Alfredo Buzaid⁶ que, posteriormente, com a substituição do Marechal Costa e Silva pelo General Emílio Garrastazu Médici, substituiu Gama e Silva no Ministério da Justiça. Em seu lugar, foi eleito reitor o professor e jurista Miguel Reale, de orientação conservadora e também oriundo da Faculdade de Direito. Tanto Gama e Silva quanto Buzaid foram nomeados Ministros da Justiça em função da afinidade que tinham com os militares que assumiram o poder, bem como pelo compromisso com o regime ditatorial.

Gama e Silva era um velho inimigo da USP, que apesar de pertencer ao seu quadro de professores e de ocupar o cargo de reitor, tinha suas origens nas antigas Faculdades que não viam com “bons olhos” a criação desta universidade e muito menos da FFCL⁷. Uma vez reitor e Ministro da Justiça, aproveitou o regime arbitrário para perseguir seus desafetos. O mesmo aconteceu com Buzaid.

Dentre a infinidade de atos arbitrários impetrados na USP, destacamos alguns. Logo nos primeiros dias depois do golpe Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Nuno Fidelino de Figueiredo, Mário Schenberg, João Cruz Costa e o estudante Faud Daher Saad, pertencentes ao quadro da FFCL, foram acusados de subversão. Schenberg e Cruz Costa eram acusados de marxistas. Os três primeiros foram indiciados

⁵ Mário Guimarães Ferri, que era afinado a Gama e Silva e também apoiava o regime militar. Na *Ata da reunião da Congregação da FFCL do dia 25/09/64*, ele aparece como um dos informantes do regime que resultou num Inquérito Policial-Militar (IPM), envolvendo 53 “subversivos”.

⁶ Em sua juventude, na década de 30, Alfredo Buzaid havia sido um ativo líder integralista no interior de São Paulo, em Jaboticabal, sua terra natal, tendo desempenhado uma atuação intolerante e violenta. Cf. GIANNAZI, Carlos A. Op. Cit. Vol. I, p. 110.

⁷ Paulo Duarte, que por muito tempo foi redator de *O Estado de S. Paulo* e também um dos criadores da USP, diz que, em 1936, Gama e Silva, que era redator do *Correio Paulistano*, escreveu um artigo hostilizando não só a criação da USP e da FFCL, como também Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira e Cristiano Altenfelder Silva, três dos fundadores dessa universidade. (Cf. GIANNAZI, Carlos Alberto. Op. Cit. Vol. p. 177.)

devido ao fato de participarem do Centro de Estudos de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT). Florestan e Schenberg, além de terem sido indiciados no IPM, acabaram sendo detidos. Um caso curioso foi o de Caio Prado Jr. que, depois de ter sido diplomado pela Faculdade de Direito, foi aprovado em sua tese de livre-docência nessa faculdade, mas ainda não pertencia ao seu quadro de docentes. Mesmo assim, foi indiciado. Tratava-se de evitar que um dos primeiros intelectuais brasileiros a utilizar o materialismo histórico nas análises históricas ingressasse na universidade. Da Escola Politécnica, dentre outros, foi acusado o então estudante José Serra. Da Faculdade de Medicina, dentre os 20 nomes indiciados entre professores, alunos e funcionários, destaca-se Isaías Raw, que acabou sendo preso pelo DOPS e posteriormente foi afastado da universidade. Na Faculdade de Economia, dentre os perseguidos estava o professor Paul Israel Singer.

A afoiteza em perseguir era tanta que, no dia 10 de outubro de 1964, mesmo antes de extinguir a Comissão Geral de Investigação, sem que houvesse qualquer indiciamento e muito menos qualquer reconhecimento de culpa ou chance de defesa, usando as prerrogativas que o primeiro Ato Adicional (sem número, depois nº1) lhe conferia, o então Governador Ademar de Barros, demitiu seis professores e um médico.

A partir de 1968 a barbárie intensificou-se; inicia-se a perseguição em massa aos professores universitários. Em 20 de dezembro, foi apresentada a primeira lista com o nome de 43 professores a serem aposentados compulsoriamente. O decreto que era assinado pelo Marechal Costa e Silva, pelo Ministro da Justiça Gama e Silva e pelo Ministro da Educação e Cultura Tarso Dutra determinava que estavam aposentados, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, “nos cargos que ocupavam nos órgãos da Administração Pública Federal (...)”. Juntamente com o nome de funcionários federais, constavam o nome dos professor Florestan Fernandes, Jaime Tiomno e João Batista Villanova Artigas que pertenciam ao Ensino Superior Paulista, isto é, da Administração Estadual. Observe-se que o decreto se referia à Administração Pública Federal. Outro nome que também fazia parte da lista era o da professora Mirian Limoeiro Cardoso Lins. O despotismo fez com que o professor Hélio Lourenço de Oliveira, catedrático da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, então reitor da USP, protestasse veementemente contra a exoneração dos colegas. Em consequência disso teve seu nome incluído na segunda lista de aposentados. O professor Alberto da Rocha Barros não teve a mesma sorte. Ao protestar em solidariedade a seus colegas, foi

espancado por estudantes direitistas da Faculdade de Direito, onde lecionava, e acabou falecendo.

Todavia as aposentadorias compulsórias não pararam aí. No dia 29 de abril de 1969 foi baixado um novo decreto assinado pelo Marechal, pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro da Educação de plantão, já nominados acima, apresentando a segunda lista de aposentadorias forçadas, com mais 24 nomes. Dentre eles constava o nome de Elza Salvatori, Bento Prado Almeida Ferraz Jr., Caio Prado Jr., Emília Viotti da Costa, Luiz Hildebrando Pereira da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Isaías Raw, José Arthur Giannotti, Mário Schenberg, Octávio Ianni, Paulo Alpheu Monteiro Duarte, Paula Beigelman, Paul Israel Singer e o reitor Hélio Lourenço de Oliveira⁸.

Um nome que novamente chama atenção é o de Caio Prado Jr. que, apesar de possuir o título de Livre-docente, ainda não exercia nenhum cargo docente, isto é, não pertencia à Faculdade de Direito e mesmo assim foi “aposentado”. Em alguns casos a punição não se limitou apenas à demissão. No caso de Florestan Fernandes, Isaías Raw e Mário Schenberg também foram presos nas prisões do DOPS e Luiz Hildebrando Pereira da Silva, no porão do navio Raul Soares. Isso aconteceu apesar de ou em função de que “a revolução de 1964, foi feita em nome dos ideais democráticos, e para sua defesa” (CAMPOS, p. 1984). Imagine-se o que teria acontecido se não fosse em defesa desses ideais!? Mas, apesar da aparente surpresa, como dissemos acima, não é estranho que se encontre liberais muito afinados com o autoritarismo e apoiando ditaduras. Tratava-se de encurralar, reprimir, controlar ou destruir as forças vivas dissonantes.

Como diz Florestan Fernandes, inicialmente

várias liberdades foram mantidas, a imprensa e os estudantes, por exemplo, possuíam uma ampla margem de manifestação; os professores e as universidades foram ‘intimidados’, mas não amordaçados, e buscava-se uma saída dentro da ‘democracia tutelada’, através de eleições e de partidos ‘ajuizados’ (FERNANDES, 1984, p. 95).

De acordo com Florestan Fernandes, o processo ditatorial, entre 1964 e 1969, ocorreu mais ou menos da seguinte forma: “primeiro, vieram as buscas policiais”; segundo, “as listas de inquérito policial militar: professores da U.S.P., autoridades do

⁸ Para ter acesso aos nomes constantes das duas listas de aposentadorias compulsórias a que nos referimos, consultar ADUSP – Associação dos Docentes da Universidade Estadual de São Paulo – *O livro negro da USP. O controle ideológico na universidade*. 2ª edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, pp. 40-41.

DOPS e oficiais do serviço de segurança escolhiam os nomes das ‘vítimas expiatórias’ e as listas entraram em circulação”; terceiro, “o serviço de espionagem entrou em cena – de forma pouco secreta, pois o fito era o de amedrontar – e os professores, estudantes, conferencistas passaram a ter gravadas as suas exposições, fotografadas as suas reuniões, as passeatas, etc” (idem, p. 97); quarto,

a prisão pura e simples dos que possuíam um prontuário político mais rico e dos que caíram na categoria de vítimas estratégicas, que deviam ser imoladas exatamente para difundir o medo e a transigência. Conhecidos militantes políticos, líderes sindicais, intelectuais ‘comunistas’, etc., caíram, assim, nas malhas da polícia civil e militar, aumentando a população das prisões e a exposição das vítimas potenciais à onda de terror (ibidem);

e, finalmente, apareceram “as listas de expurgos” (idem, p. 98). Assim, completou-se o processo de amordaçamento, de manietagem, de subjugo dos “rebeldes” e de produção do silêncio. Além disso, também cabe mencionar que fora da universidade, muitos foram exilados e mortos.

Roque Spencer, por sua vez, dizia que não mais suportava aquela situação de agitação, de rebeldia e que era preciso combater a “intolerância”. “Uma sociedade livre”, dizia ele,

não poderá, de forma alguma, para garantir a sua própria sobrevivência, ser tolerante em relação à intolerância. (...) Nessa situação, é claro que se reagirá à ameaça, coibindo a ação dos partidários da intolerância, restringindo a sua liberdade de movimentos e seu trabalho de proselitismo, com o objetivo inicial preciso de preservar os valores liberais que norteiam a sociedade em causa (BARROS, 1971, p. 346).

Mas afinal, a repressão não visava fazer com que cada um simplesmente cumprisse passivamente com sua função, assim como ocorre no formigueiro e na colméia, que Barros tanto criticava? A liberdade de consciência, de expressão e de ir e vir, não se constituíam nos pilares do liberalismo? O autor não afirmava que há “uma incompatibilidade entre o autoritarismo e a concepção liberal?” (BARROS, 1992, p. 102). Como diz o poeta, todos julgam as águas do rio violentas, mas nada dizem das barrancas que prendem e cercam as águas.

Entretanto, a ditadura não admitia ver que do interior da própria universidade, que fora criada para forjar e reciclar as elites dirigentes, que deveria ser um núcleo de resistência às tendências desagregadoras, “combater as ideologias extremadas” e

combater o comunismo, partissem vozes que desafiassem e resistissem ao regime e ao sistema. Daí a fúria e a impetuosidade com que tentaram “preservar os valores liberais”. Com isso, silenciaram e/ou extirparam os “radicais”, “os marxistas”, “os subversivos” e os “intolerantes” do seio dela.

Para os militares e para a burguesia, a universidade era um antro de “terroristas”, de “subversivos” e “contestadores”. Hélio Silva diz que num depoimento o ministro da educação do Governo Médici, o Coronel e Senador Jarbas Passarinho dizia que 80% dos terroristas era proveniente do meio universitário e, destes, 70% pertencia às cadeiras de Ciências Sociais e Humanas. Daí se explica porque a repressão mais dura se fez sentir sobre docentes, funcionários e estudantes destas áreas.

As amostras e os casos de violência mais grosseiros que aqui trazemos á luz, de forma alguma expressam toda a violência relacionada ao Ensino Superior. Mas, de qualquer forma, ajudam-nos a compreender que, apesar das ilusões e das concepções ingênuas de que a universidade é um lugar “sagrado, santo e purificado”, imune ao que se passa no interior da sociedade mais ampla, ela reflete essas relações sociais e, com elas, também a violência. Portanto, para termos uma outra universidade e novas relações em seu interior, não basta lutar contra a violência que ocorrem nela. É preciso lutar pela transformação da sociedade como um todo.

BIBLIOGRAFIA

ADUNICAMP: em defesa da universidade. Campinas: editora da Unicamp, 1991.

ADUSP: o livro negro da USP. São Paulo: brasiliense, 1979.

BARROS, Roque S. M. de. Em torno do totalitarismo: liberdade e libertação. In: BARROS, Roque S. M. de. **Introdução à Filosofia Liberal**. São Paulo: Grijalbo-Edusp, 1971.

_____. O Compromisso liberal. In: **Estudos liberais**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1992.

CAMPOS, Lilian Mary H. de Sá. Autonomia x burocracia, um problema da universidade no Brasil. In: TUBINO, Manoel José Gomes (Org.). **A universidade ontem e hoje**. São Paulo: Ibrasa, 1984.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato brasileiro. 3ª edição, Porto Alegre: Globo, 1976.

FERNANDES, Florestan. **A universidade brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

_____. **A universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

_____. **A questão da USP.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

GIANNAZI, Carlos Alberto. **A Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e o golpe militar de 1964: as dificuldades para a manutenção da liberdade de cátedra antes e depois do Ato Institucional nº. 5.** São Paulo: 1995. Dissertação de Mestrado. Vol. II.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 16ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio Editora S.A., 16ª edição, 1983.

JAGUARIBE, Hélio. Raízes do Brasil e a transição para a sociedade de massas. In: MASCARENHAS, Sérgio (Org.) **Raízes e Perspectivas do Brasil.** Campinas: Papyrus, editora da Unicamp, 1985.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. “A ex-universidade de Brasília. Significado e Crise”. Rio de Janeiro: Ver. **Civilização Brasileira**, ano III, nº. 14, jul. 1967.

MORAIS, João Francisco Régis de. Universidade: seus desafios neste final de século. In: **Pró-Posições.** Campinas: Ed. Cortez: Unicamp, Vol. 3, nº. 2[8], junho, 1992.

REZENDE, Antonio Munis de. **O saber e o Poder na universidade: dominação ou serviço.** 5ª edição, São Paulo: Cortez, 1987.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária.** 5ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1991.

TAVARES, José Nildo. Patrimonialismo. In: SILVA, Benedito (Coord.) **Dicionário de Ciências Sociais.** Rio de Janeiro: FGV, 1986.